

A expansão da educação superior e a problemática do insucesso acadêmico: uma análise do fenômeno da evasão na Universidade Federal da Grande Dourados

José da Silva Santos Junior

Resumo: O presente estudo tem o objetivo de demonstrar a dimensão da evasão na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a partir do levantamento e tratamento de dados referentes às variáveis relacionadas a esse processo. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa e para a coleta de dados foram utilizadas as informações estatísticas do Censo da Educação Superior. A problemática levantada foi: que dimensão ocupa o fenômeno da evasão na UFGD? Os percentuais obtidos para o conjunto de cursos de graduação desta universidade foram variáveis entre os anos de 2007 e 2012, sendo os maiores índices aqueles calculados para os anos de 2008 (19,05%), 2010 (27,68%) e 2012 (20,00%). Considera-se que o referido processo precisa ser estudado com mais afinco nesta instituição, sobretudo com uma análise mais aprofundada, a partir de dados institucionais.

Palavras-chave: Expansão; Permanência estudantil; Evasão educacional.

Introdução

Os investimentos com educação superior no Brasil foram ampliados nas últimas décadas, culminando em fases de forte expansão das instituições e das matrículas, sobretudo após os anos 1970, a partir dos quais teve início o processo de privatização da Educação Superior no país (MICHELOTTO *et. al.*, 2006).

Entretanto, a partir de mudança no cenário político, com a iminência de um período considerado por alguns autores como pós-neoliberalista (FORTES; FRENCH, 2012; SADER, 2013), apenas em 2003 pode-se falar na transição de um “sistema de elite” para um “sistema de massa”, o que expandiu o atendimento a um percentual maior dos jovens entre 18 e 24 anos (GOMES; MORAES, 2012; TROW, 2007).

Nesse sentido, Gomes e Moraes (2012) consideram que até o ano de 2002 a ocupação das vagas no sistema brasileiro de educação superior (ES) esteve restrita a uma pequena parcela da população, notadamente aquela mais bem preparada para o acesso meritocrático. Os autores defendem, a partir da análise da taxa de crescimento de matrícula bruta (MB), a tese de construção política de um sistema de massa no país:

Considerando-se a relação entre população de 18 a 24 anos e MB, o sistema de ES pode ser caracterizado como “sistema de elite” até por volta de 2002, porque, durante o período compreendido entre 1980 e 2002, a população matriculada passou de 8,6% para pouco mais de 15%. É somente em 2003 que o volume de matrículas atinge a casa dos 16%. É, portanto, segundo a terminologia de Trow, a partir desse período que se ultrapassa a linha divisória imaginária que marca a transição do “sistema de elite” para o “sistema de massa”, quando o volume de matrícula alcança,

em número absoluto, em 2003, o total de 3.887.022, o que representa quase três vezes o número de matrículas registradas em 1980 (GOMES; MORAES, 2012, p. 180).

A partir desse período, não apenas o setor privado passou pelo processo de expansão, mas também as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) protagonizaram a partir de 2003 um período de ascensão, com a criação de novas IFES, ampliação daquelas já existentes, criação de novos cursos, contratação de professores e criação de novos campi (MARQUES, 2013).

É nesse contexto que foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em julho de 2005, a partir de desmembramento do Campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), iniciando sua trajetória com a herança de 12 cursos de graduação, os quais foram ampliados para 19 já no ano seguinte de sua criação. A referida instituição continuou seu processo de expansão ao aderir ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa este que criado em 2007, com proposta de início em 2008 e término em 2012, apresentou o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Teve ainda como meta global “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007, p. 1).

Nesse sentido, o movimento de expansão delineado alterou os percentuais de matrícula, que por sua vez viabilizou condições mais favoráveis para o início do processo de democratização da educação superior, na medida em que possibilitou o acesso de estudantes com perfis socioeconômicos diferenciados nesta etapa, conforme é constatado a partir de 2004 (RISTOFF, 2013), sobretudo com a instauração de políticas de ações afirmativas, que objetivam promover a inclusão de uma parcela da população tradicionalmente fora da educação superior (MARQUES, 2013).

Entretanto, a partir de um aumento exponencial do número de ingressantes na educação superior (ALMEIDA *et. al*, 2012), com a incorporação de um número cada vez maior de estudantes com perfis socioeconômicos heterogêneos, observa-se a necessidade de ajustes na dinâmica funcional das instituições. Ou seja, a partir do aumento das taxas de matrícula na educação superior, com a incorporação de um número crescente de parcelas da população que apresentam diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e

regionais, visualiza-se a urgência da promoção da igualdade e equidade social e educativa (GOMES; MORAES, 2012), especialmente como meio de contribuir para o sucesso acadêmico.

Pontua-se que não basta a democratização do acesso à educação superior, mas também a democratização do sucesso acadêmico. Almeida *et. al.* afirmam que: “[...] é no mínimo questionável se a expansão ocorrida no ensino superior se traduziu numa efetiva democratização do acesso, mais ainda quando se pretende estender essa democratização ao sucesso acadêmicos dos estudantes” (ALMEIDA, *et. al.*, 2012, p. 907).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a problemática da evasão no âmbito institucional. Optou-se por investigar o comportamento deste processo no âmbito Universidade Federal da Grande Dourados, a única instituição criada na região centro-oeste pelo programa Expandir, implementado pelo governo federal entre 2003 e 2006.

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa e para a coleta de dados, foram utilizadas as informações estatísticas do Censo da Educação Superior, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP). Para o cálculo de evasão do conjunto de cursos da instituição estudada, considerou-se como mais adequada para esta investigação a fórmula utilizada pelo Instituto Lobo em suas pesquisas no âmbito nacional.

Como meio de nortear a discussão, levanta-se o seguinte questionamento: que dimensão ocupa o fenômeno da evasão na Universidade Federal da Grande Dourados?

A fim de responder esta questão, dividiu-se o trabalho em duas seções. A primeira delas é destinada a discutir o tratamento dado ao processo de evasão no contexto de expansão da educação superior brasileira a partir de 1990. Na segunda seção, apresentam-se alguns dados numéricos da UFGD, bem como os índices anuais de evasão desta universidade.

O tratamento à evasão no contexto de expansão da educação superior

A partir do processo de expansão da educação superior a partir da década de 1990, algumas medidas foram tomadas para a compreensão e delineamento de alternativas para o controle do fenômeno da evasão, entendido como um processo complexo que afeta o resultado dos sistemas educacionais (SILVA FILHO *et. al.*).

Através da Secretaria de Educação Superior, o MEC instituiu em março de 1995 a “Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras”, configurando-se como um dos primeiros esforços para identificar as causas do fenômeno da evasão no Brasil e sugerir medidas para minimizar os índices observados nas instituições de educação superior públicas.

Para a Comissão, o processo de evasão, diante de sua complexidade, está presente nas mais diversas instituições de ensino superior globais, onde a elevação do número de estudos direcionam para um maior entendimento deste processo, os quais têm apontado a existência de características similares do fenômeno:

A evasão de estudantes é fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Exatamente por isto, sua complexidade e abrangência vêm sendo, nos últimos anos, objeto de estudos e análises, especialmente nos países do Primeiro Mundo. Tais estudos têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber [...] (SESu/MEC, 1996, p. 13).

A partir do ano de criação da referida comissão, a evasão tornou-se importante objeto de estudo no país, tendendo a subsidiar as políticas de educação superior, especialmente no contexto das universidades públicas.

Tendo como um dos objetivos garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) criou em 2007 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual foi elevado à política governamental ao ser instituído, pelo MEC, por meio do Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010.

No contexto de expansão da educação superior, as políticas de Assistência Estudantil passam a ser vistas como um mecanismo eficaz no controle da evasão. Evidencia-se que aqueles estudantes que recebem apoio institucional apresentam maior probabilidade de concluir o curso iniciado (ADACHI, 2009; VARGAS, 2011).

Nesse sentido, o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, sancionado recentemente pela presidenta da república, estabeleceu como uma das metas “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”. E, dentre as estratégias para se alcançar tal objetivo, com vistas a favorecer o sucesso acadêmico dos estudantes, previu-se uma ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior.

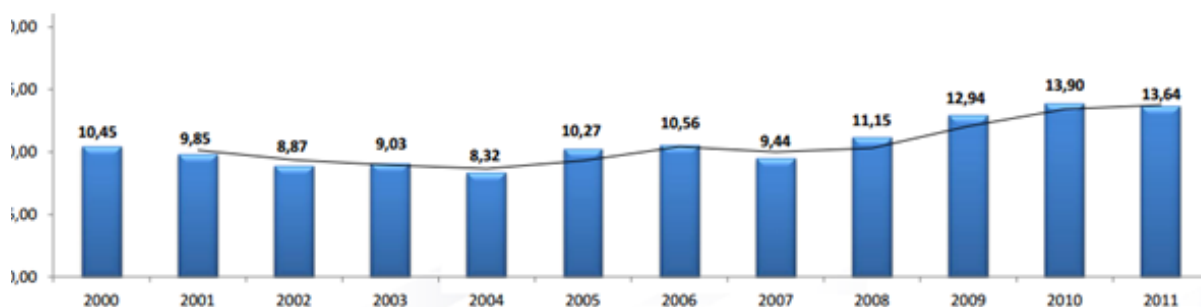
Numa perspectiva contemporânea, em consonância com a meta do PNE exposta acima, esta questão pode ser discutida e apontada como medida privilegiante para a criação e implementação de novas políticas que favoreçam a permanência dos estudantes em seus cursos.

A exemplo disso, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEst), por meio da Portaria Normativa nº 25, de 29 de dezembro de 2010. O PNAEst foi criado apenas 5 meses após o PNAES, explicitando a importância das medidas públicas na destinação de recursos federais para programas assistenciais. No entanto, o PNAEst vincula as IES estaduais a aderirem ao SiSU (Sistema de Seleção Unificada), que se constitui em outra ação federal que busca facilitar o acesso à educação superior.

Assim, nesse cenário de expansão e com o estabelecimento de algumas medidas intervencionistas que se mostraram eficientes no controle do processo de evasão, a SESu/MEC instituiu o Grupo de Trabalho para Estudos sobre Evasão Acadêmica, por meio da Portaria nº 125, de 18 de julho de 2012, que tinha entre outras atribuições a sistematização do panorama da evasão nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e a proposição de medidas de combate à evasão, composto por representantes da SESu/MEC e Pró-Reitores de Graduação e de Planejamento das IFES.

Em estudo realizado e divulgado por este grupo em agosto de 2013 no XXVI Encontro nacional de pró-reitores de graduação das universidades federais, integrantes do Fórum de Pró-reitores de Graduação (FORGRAD), apresentou-se o panorama geral da evasão e da retenção no ensino superior das IFES brasileiras. Foram fornecidas informações sobre os níveis de evasão em meio a implantação de diversas políticas públicas no ensino superior, analisando inicialmente o caso de 8 IFES brasileiras, sendo 3 delas da região sul, 4 do nordeste e 1 do centro-oeste. Os resultados obtidos são expressos no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Média de evasão anual de 8 IFES brasileiras entre 2000 e 2011



Apontando para uma tendência de estabilização dos índices em torno de 13%, conforme visualização nos últimos três anos do período analisado, discutiu-se entre os membros do grupo a importância do MEC como colaborador para a sistematização de estudos locais relacionados ao entendimento do processo de evasão, para a promoção de medidas concernentes à minoração do fenômeno.

Entretanto, em anos anteriores esta questão já vinha sendo amplamente debatidas nos encontros do FORGRAD, estendendo aos pró-reitores de graduação das IFES a proposta de assumpção do compromisso com a identificação e compreensão do referido processo, assim como o chamamento para a tomada de decisões para seu controle. No ano anterior a essa exposição de dados, o então coordenador geral de expansão e gestão da Secretaria de Educação Superior, Antônio Simões Silva, já havia levantado discussão entre os pró-reitores a esse respeito.

É diante dessa problemática, que aflige instituições de todas as esferas num contexto global, que nos propomos na seção seguinte a apresentar os dados numéricos relacionados ao fenômeno da evasão na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a fim de identificar a dimensão do processo numa instituição criada no cenário de expansão da educação superior.

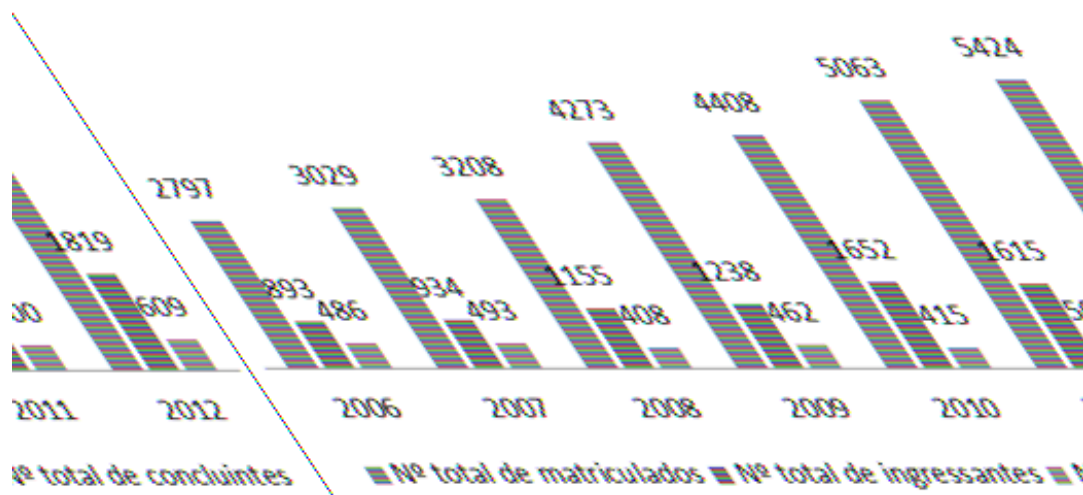
A evasão no conjunto de cursos de graduação da Universidade Federal da Grande Dourados

A instituição escolhida para a execução da investigação aqui proposta foi a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a qual foi criada no contexto de expansão das universidades públicas brasileiras. Escolhemos esta instituição por ser a única criada na região centro-oeste no âmbito do programa Expandir do governo federal, implementado entre 2003 e 2006.

Apresentamos abaixo gráfico que expressa algumas informações relativas ao processo de expansão da universidade aqui estudada, destacando os dados gerais de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes entre os anos de 2006 e 2012, extraídas do Censo da

Educação Superior (INEP). Destaca-se que os dados apontados no gráfico correspondem ao somatório daqueles estudantes oriundos de processo seletivo e de outras formas de ingresso.

Gráfico 2 – Evolução do número de matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos de graduação presenciais da UFGD entre 2006 e 2012



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Censo da Educação Superior/INEP

Pela análise direta do gráfico, podemos observar um crescimento ascendente do número total de estudantes matriculados, número este que quase dobrou no intervalo de 2006-2012, refletindo o impacto do processo de expansão das universidades federais ao longo destes anos.

Com um impacto ainda maior, percebe-se um aumento de mais de 100% no crescimento do número de estudantes ingressantes no conjunto de cursos de graduação da UFGD entre 2006 e 2012. Embora a leitura imediata do gráfico não demonstre uma tendência crescente para o número de ingressantes em todos os anos contidos no gráfico, se considerássemos apenas os cursos com abertura de vagas anuais, poderíamos confirmar um crescimento ascendente da variável expressa.

Entretanto, enfoque especial deve ser dado para as colunas referentes ao quantitativo de estudantes concluintes, que se destacaram como os mais variáveis dentro do período considerado, verificando-se o maior número em 2012 (609 concluintes) e o menor em 2010 (415 concluintes). É possível observar que as oscilações observadas podem estar apontando

para dois processos distintos que acometem os sistemas educacionais, sejam eles a evasão e a retenção.

Com o intuito de se entender a dimensão do fenômeno da evasão, calculou-se o percentual anual para o conjunto de cursos da instituição estudada. Com a existência de múltiplas metodologias para o cálculo da evasão (SILVA, 2012; SILVA FILHO; LOBO, 2012), considerou-se como a mais adequada para este estudo aquela utilizada pelo Instituto Lobo, expressa pela fórmula a seguir:

$$E_{(n)} = 1 - [(M_{(n)} - I_{(n)}) / (M_{(n-1)} - C_{(n-1)})]$$

Onde,

$E_{(n)}$ = evasão anual de cursos ou do conjunto de cursos (no ano n);

$M_{(n)}$ = matrículas (no ano n);

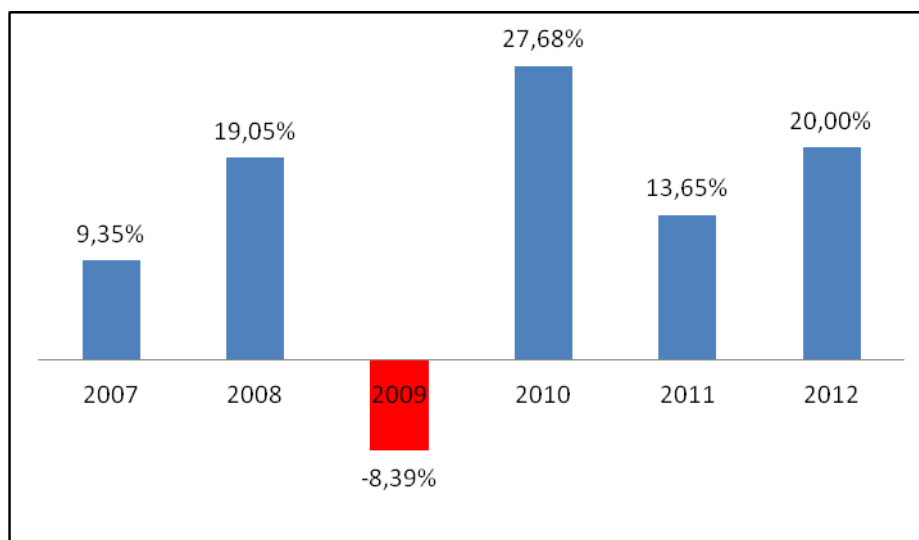
$I_{(n)}$ = ingressantes (no ano n);

$M_{(n-1)}$ = matrículas do ano anterior a n;

$C_{(n-1)}$ = concluintes do ano anterior a n.

Esta metodologia leva em consideração os dados anuais, podendo ser utilizada para o cálculo da evasão em um curso específico ou, como neste estudo, para o conjunto de cursos de determinada instituição. Os dados utilizados para a determinação dos índices especificados adiante são os mesmos do gráfico anterior. Os resultados obtidos a partir do cálculo são expressos no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Percentual aproximado de evasão para o conjunto de cursos de graduação presenciais da UFGD entre 2007 e 2012



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Censo da Educação Superior/INEP

O que mais chama a atenção na leitura do gráfico é o índice obtido em 2009, demonstrando *a priori* um equívoco, ao sugerir a inexistência do processo de evasão neste ano, indicando a situação inversa do fenômeno. A hipótese mais plausível para este comportamento anômalo seria a de inconsistência dos dados aqui analisados para o referido ano e/ou a impossibilidade de padronização dos dados divulgados nas sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior para o ano de 2009 (ou para todo o período considerado), gerando a obtenção de números inexpressivos.

Lobo (2012) observa que a metodologia de organização dos dados dos órgãos governamentais e a divulgação destes no país sofrem mudanças periódicas, o que compromete a abrangência das análises pela sociedade e o rigor do acompanhamento da evolução da Evasão ao longo dos anos.

Nesse sentido, Silva Filho e Lobo (2012) sugerem impossibilidade na análise de dados uniformizada entre as variáveis relacionadas ao processo da evasão nos períodos anterior e posterior ao ano de 2009:

Como no Censo da Educação Superior, a partir de 2009, não há mais formas de analisar as mesmas variáveis que eram apresentadas até 2008, (agora há somente duas colunas de ingressantes: a relativa aos Processos Seletivos e a relativa às Outras Formas de Ingresso), não é possível juntar a série que vai até 2008 a uma nova série para os anos seguintes, pois com ingressantes diminuídos pelos novos critérios, se mantida a mesma forma de cálculo para

todos esses anos, o resultado traria saltos incompreensíveis (SILVA FILHO; LOBO, 2012, p. 3).

Estes autores sugerem alguns mecanismos para suavizar a mudança brusca observada, culminando em dados mais coerentes. Entretanto, ao mesmo tempo, apontam riscos metodológicos dependendo do tratamento dado.

Por outro lado, não podemos esquecer as considerações de Bernardete Gatti, em 2004, quando alertava sobre os embates da confiabilidade em informações de grandes bases de divulgação estatísticas, apontando a observância de discussões sobre a qualidade dos dados divulgados:

Lembramos que muito se discute sobre a qualidade dos dados estatísticos, das grandes bases, como os Censos e outros, sendo esta questão muito antiga. Não há como deixar de lado o problema da qualidade dos dados dessas bases, sendo que vários autores se debruçaram sobre o assunto apresentando os limites e possibilidades das mesmas (GATTI, 2004, p. 26).

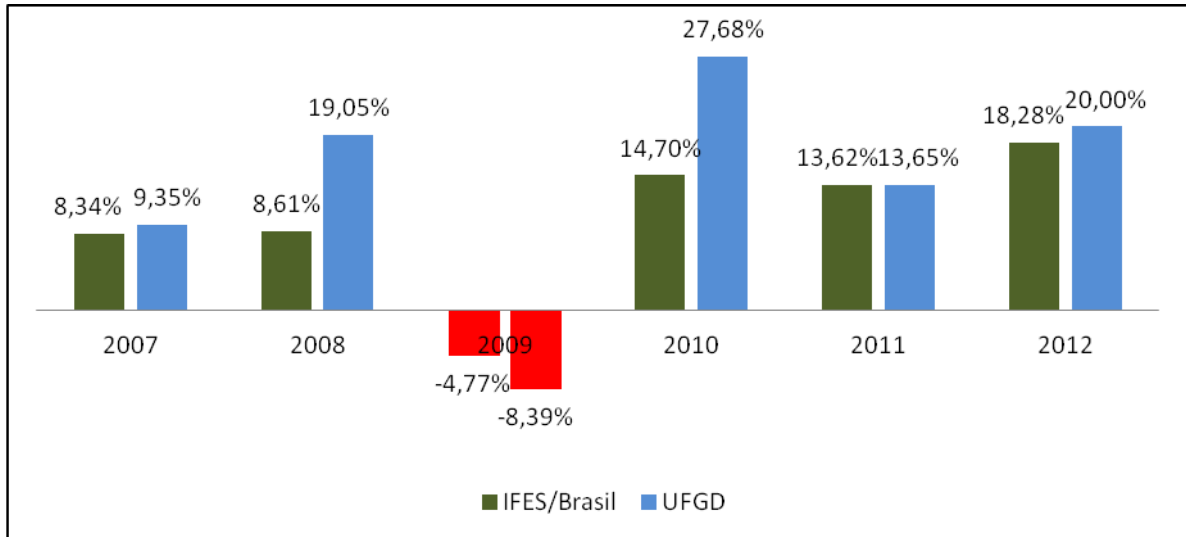
Assim, considerando a preliminaridade deste estudo, optamos por manter a metodologia, porém com o destaque de que os índices obtidos nos anos de 2007, 2008, 2010, 2011 e 2012 tendem a refletir uma aproximação da dimensão do processo de evasão na universidade aqui estudada. No entanto, o grande empecilho da utilização desta metodologia uniformizada para todo o período de estudo é a não obtenção de um número significativo para o ano de 2009.

Após as ressalvas expostas, observa-se que os percentuais de evasão obtidos para o conjunto de cursos de graduação da UFGD foram variáveis dentro do período estudado, sendo o maior índice aquele calculado para o ano de 2010 (27,68%).

Os números encontrados podem ser considerados elevados, haja vista a média aproximada de 13% para os índices anuais de evasão de outras IFES brasileiras, conforme apontado por Nunes (2013) no XXVI Encontro nacional de pró-reitores de graduação das universidades federais.

No entanto, considerando que a metodologia de cálculo utilizada por este autor é diferente daquela que optamos para este estudo e que este fato talvez impossibilite comparações, realizamos cálculos de evasão para o conjunto de IFES brasileiras, com a metodologia utilizada na presente pesquisa. Os resultados comparativos são expressos abaixo, porém com a mesma ressalva feita para o ano de 2009, o qual será desconsiderado na análise:

Gráfico 4 - Percentuais aproximados de evasão para o conjunto de cursos de graduação da UFGD comparados aos das IFES brasileiras no período entre 2007 e 2012.



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Censo da Educação Superior/INEP

A principal constatação que pode ser feita após leitura do gráfico é que os índices de evasão para o conjunto de cursos de graduação da UFGD foram superiores quando comparados aos obtidos pelo conjunto de cursos das IFES brasileiras, com destaque para os anos de 2008 e 2010, onde a diferença ultrapassou 10 pontos percentuais.

Considerando a inexistência de estudos relativos ao processo de evasão na instituição escolhida como *locus* de pesquisa, e em se tratando de um estudo preliminar, ainda não podemos inferir os motivos que desencadearam as diferenças observadas no gráfico. Entretanto, os resultados obtidos desvelam a complexidade do processo de evasão, demonstrando a existência de fragilidades e eventuais fatores que condicionam a ascensão de tal processo no âmbito institucional.

Contudo, se levarmos em consideração as dificuldades metodológicas encontradas para a realização da pesquisa, configura-se como essencial o aprimoramento da metodologia escolhida e aprofundar a investigação a partir de outras fontes de dados. Como a pesquisa está

restrita a apenas uma instituição, será oportuna a realização da coleta de dados com os gestores da referida instituição.

Considerações finais

Considera-se que o processo de expansão da educação superior no Brasil foi importante, especialmente a partir da década de 1990, quando o país presenciou aumentos expressivos no número de estudantes que ingressaram nesse sistema. Entretanto, após a transição de um “sistema de elite” para um “sistema de massa”, persiste o desafio da democratização do acesso e do sucesso acadêmico, problemática esta que acomete as instituições num contexto global e que condiciona o fenômeno da evasão.

Nesse sentido, entende-se que para além do direito ao ingresso, o estudante também deve ser beneficiado com medidas que favoreçam sua permanência no curso iniciado.

Nota-se que algumas medidas já foram tomadas para o entendimento e sugestão de maneiras de controle desse processo, sobretudo a partir de estudos vinculados ao MEC. Um exemplo de medida privilegiante para a diminuição do percentual de estudantes evadidos são os programas de assistência estudantil, apontados por alguns autores como eficientes para o sucesso acadêmico.

Ao estudar os índices anuais do fenômeno da evasão numa instituição criada no contexto da expansão da educação superior pública, nos deparamos com índices oscilantes dentro do período considerado, mas superiores aos obtidos para o conjunto de IFES brasileiras.

Durante a pesquisa nos deparamos com algumas dificuldades, sobretudo no processo de coleta de dados, onde ficou evidenciado a necessidade de uma análise posterior mais aprofundada a partir dos dados institucionais colhidos diretamente com os gestores da universidade escolhida como campo de pesquisa.

Assim, pondera-se a necessidade de continuidade do presente estudo no âmbito da UFGD. Como próxima etapa será essencial ampliar as análises, levando em consideração cada área do conhecimento e/ou curso ofertado pela referida instituição, com o intuito de aprofundar o entendimento acerca do processo de evasão.

Referências bibliográficas

ADACHI, A. A. C. T. Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação). FaE/UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ALMEIDA, L.; ARAUJO, C. M. M.; AMARAL, A.; DIAS, D. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: SESu-MEC, 1996.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2006-2012. Brasília: INEP/MEC.

_____. *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 30/10/2013.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 08/04/2014.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em 08/04/2014.

_____. Projeto de lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>. Acesso em 30/10/2013.

_____. Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST. Brasília: CM Consultoria, 2010. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo2886.pdf>>. Acesso realizado em: 14 mar. 2014.

FORTES, A. FRENCH, J. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 1.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GOMES, A.M.; MORAES, K. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.

LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. In: HORTA, C. E. R. (Org. e Coord.). **Evasão no ensino superior brasileiro**. Brasília: **ABMES Cadernos**, 2012. p. 9-58.

MARQUES, W. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR.

NUNES, R. C. Panorama Geral da Evasão e Retenção no Ensino Superior no Brasil (IFES). In: XXVII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação, Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.forgrad.com.br/apresentacoes/dia1/2013%20-%20Painel%20Forgrad%20Agosto%20-%20Evasao.pdf>>. Acesso em 29/06/2014.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA** nº 4. Rio de Janeiro: FLACSO: GEA: UERJ, 2013.

SILVA, A. S. Evasão no Ensino Superior. In: XXV Encontro Nacional do FORGRAD, Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.forgrad.com.br/documentos/apresentacoes/apresentacoes_xxv_encontro_nacional_de_pro_reitores_de_graduacao_antonio.ppt>. Acesso em 29/06/2014.

SILVA FILHO, R. L. L.; LOBO, M. B. C. M. Como a mudança na metodologia do INEP altera o cálculo da evasão. Mogi das Cruzes, 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_079.pdf>. Acesso em 12/06/2014.

SILVA FILHO, R. L. L.; MONTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no Ensino Superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set/dez. 2007.

TROW, M. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: <http://download.springer.com/static/pdf/408/chp%253A10.1007%252F978-1-4020-4012-2_13.pdf?auth66=1404561428_1ba9af9723194fd079c79c5fbbd530f6&ext=.pdf> Acesso em 03/07/2014.

UFGD/MEC. Reestruturação e Expansão da Universidade Federal da Grande Dourados REUNI-UFGD. Dourados, 2007. Disponível em <<http://www.ufgd.edu.br/reitoria/reuni>>. Acesso em 06/06/2014.

VARGAS, M. L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011.